



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2017

Concurso Público para provimento de vagas de

Analista
Área Arquivista

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'K11', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

[Uma espécie complicada]

O grande biólogo norte-americano Richard Dawkins acredita sem qualquer hesitação na teoria de Darwin acerca da sobrevivência dos mais fortes e capazes e na importância da adaptação a mutações fortuitas na evolução das outras espécies, mas se declara contra a ideia do darwinismo social na evolução da sua própria espécie. Aceitar o darwinismo social seria aceitar posições conservadoras em matéria de política e economia, o que vai contra suas convicções progressistas.

Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin sobre a origem e o desenvolvimento das espécies, pregam o darwinismo social sob vários nomes: liberalismo, antidirigismo, antiassistencialismo etc. A sobrevivência, portanto, dos mais competitivos e sortudos, como no universo neutro de Darwin.

Esquerda progressista e direita conservadora trocam incoerências. A direita abomina a ideia de que o homem descende de animais inferiores, mas não tem problema com a ideia de que ele deve seu progresso à ganância que tem em comum com os chimpanzés. A esquerda aceita a ascendência de macacos e a evolução da sua espécie, mas não quer outra coisa senão um planejamento inteligente, humanista, para organizar a sua sociedade.

Progressistas costumam ser a favor do direito do aborto e contra a pena de morte. Conservadores, que denunciam a interferência indevida do Estado na vida das pessoas, invocam a santidade da vida para que o Estado proíba o aborto, e geralmente são a favor da pena de morte, a mais radical interferência possível do Estado na vida de alguém. Enfim, seja como for que chegamos a isto, somos uma espécie complicada.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 163-164)

1. Richard Dawkins, em relação à teoria darwinista, acredita que
 - (A) a evolução das espécies ocorre na disputa entre elas, ao passo que no caso do homem se dá no interior de específicas comunidades.
 - (B) na espécie humana a competição evolutiva de fato significativa ocorre mais na vida social que no aprimoramento biológico.
 - (C) a evolução social dos homens ocorre para além dos mesmos princípios de mutação que condicionam a evolução das demais espécies.
 - (D) a vida política é determinada pelos homens com critérios evolutivos semelhantes aos da preservação de outras espécies.
 - (E) a evolução biológica é determinante para que todas as espécies alcancem, cada uma em seu nível, um grau superior de sociabilidade.

2. As incoerências da esquerda progressista e da direita conservadora, de que trata o terceiro parágrafo, resultam do fato de que ambas as posições
 - (A) convergem nas teses fundamentais, mas dão maior peso às diferenças ocasionais.
 - (B) podem ser tendenciosamente maleáveis no estabelecimento dos valores que defendem.
 - (C) mostram desinteresse por compromisso com qualquer valor social mais consequente.
 - (D) divergem quanto aos métodos de atuação, mas não quanto aos ideais perseguidos.
 - (E) relutam em fazer qualquer acordo público, mesmo quando defendem idêntica tese.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *mutações fortuitas na evolução* (1º parágrafo) // transformações taxativas da progressão
 - (B) *aceitar posições conservadoras* (1º parágrafo) // ir de encontro a teses retrógradas
 - (C) *aceita a ascendência de macacos* (3º parágrafo) // acata a superioridade de símios
 - (D) *deve seu progresso à ganância* (3º parágrafo) // assume como vitoriosa sua ambição
 - (E) *denunciam a interferência indevida* (4º parágrafo) // acusam a intromissão inoportuna



4. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido de um segmento do texto caso se venha a
- (A) excluir as vírgulas em *Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin (...), pregam o darwinismo social* (2º parágrafo).
 - (B) substituir o elemento sublinhado em o que vai contra *suas convicções progressistas* (1º parágrafo) por **o que ratifica**.
 - (C) substituir a construção *não quer outra coisa senão um planejamento* (3º parágrafo) por **não abre mão além de um planejamento**.
 - (D) iniciar com a forma verbal **Pregam** o período que começa por *A sobrevivência, portanto* (...) (2º parágrafo).
 - (E) substituir a expressão *Já os conservadores* (2º parágrafo) por **Mesmo os conservadores**.
-
5. Todas as formas verbais observam as normas de concordância e a adequada articulação entre tempos e modos na seguinte frase:
- (A) Richard Dawkins não aceitou que a teoria darwinista, em cujas formulações se explica a evolução das espécies, fosse extensiva à evolução social do homem.
 - (B) A se acreditarem nas ideias de um darwinismo social, dever-se-ão aceitar uma série de teses conservadoras, abominadas pela esquerda.
 - (C) Caso a esquerda e a direita não trocassem tantas incoerências, será menos problemático reconhecer os valores reais em que cada uma delas acreditasse.
 - (D) Supondo-se que a ala dos conservadores possam um dia aceitar a tese evolucionista de Darwin, seja mais fácil para ela defenderem a teoria de um darwinismo social.
 - (E) Questões vitais, tais como as que impliquem a polêmica sobre o aborto e a pena de morte, não dizia respeito apenas a um código, mas aos mais altos valores éticos.
-
6. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Nem sempre é fácil de distinguir entre teses, progressistas ou conservadoras, se ambas carecem de clareza onde busquem determinar seus princípios básicos.
 - (B) Dawkins buscou ser escrupoloso ao rechaçar na teoria de Darwin, o desafio de aceitar para a condição humana o que era legítima propriedade das outras espécies.
 - (C) O papel do Estado costuma ser debatido e identificado segundo a crença daqueles que avaliam a iniciativa estatal com base na ideologia que defendem.
 - (D) Não se espere que conservadores e progressistas vão entrar em acordo senão quando minimizarem as diferenças ideológicas que não os deixam se aproximarem.
 - (E) Dentro da teoria darwinista, um elemento escandaloso, é o de que os chimpanzés possam ser-nos equiparados, como ascendentes de uma mesma espécie fundamental.
-
7. Há adequada transposição de um segmento para a **voz passiva** em:
- (A) *acredita* (...) *na teoria de Darwin* // a teoria de Darwin tem seu crédito.
 - (B) *se declara contra a ideia do darwinismo social* // é declaradamente contrário ao darwinismo social.
 - (C) *pregam o darwinismo social sob vários nomes* // o darwinismo social é pregado sob vários nomes.
 - (D) *Esquerda* (...) *e direita* (...) *trocam incoerências* // esquerda e direita são incoerentemente trocadas.
 - (E) *Conservadores* (...) *invocam a santidade da vida* // a santidade da vida tem sido invocada por conservadores.
-
8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado na frase:
- (A) A lei da sobrevivência dos mais fortes (**concorrer**) para a explicação do evolucionismo darwinista.
 - (B) Um valor do qual, via de regra, não se (**afastar**) os conservadores é o da vantagem econômica.
 - (C) O direito de aborto é uma das teses pelas quais (**manifestar**) simpatia o progressista de esquerda.
 - (D) Não (**cabere**) ao Estado tomar iniciativas, segundo os conservadores, no plano dos valores individuais.
 - (E) De todas as considerações feitas pelo autor, (**resultar**) a conclusão de que nossa espécie é de fato complicada.



Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Sem privacidade

Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares, redes sociais e dispositivos outros das mais variadas conexões? Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio “ouvir conversa alheia”. Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais de todo mundo. Viajando de ônibus, por exemplo, acompanham-se em conversas ao celular brigas de casal, reclamações trabalhistas, queixas de pais a filhos e vice-versa, declarações românticas, acordo de negócios, informações técnicas, transmissão de dados e um sem-número de situações de que se é testemunha compulsória. Em clara e alta voz, lances da vida alheia se expõem aos nossos ouvidos, desfazendo-se por completo a fronteira que outrora distinguia entre a intimidade e a mais aberta exposição.

Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras, o humor de mau gosto disputa espaço com falácias políticas – tudo deixando ver que agora o sujeito só pode existir na medida em que proclama para o mundo inteiro seu gosto, sua opinião, seu juízo, sua reação emotiva. É como se todos se obrigassem a deixar bem claro para o resto da humanidade o sentido de sua existência, seu propósito no mundo. A discrição, a fala contida, o recolhimento íntimo parecem fazer parte de uma civilização extinta, de quando fazia sentido proteger os limites da própria individualidade.

Em meio a tais processos da irrestrita divulgação da personalidade, as reticências, a reflexão silenciosa e o olhar contemplativo surgem como sintomas problemáticos de alienação. Impõe-se um tipo de coletivismo no qual todos se obrigam a se falar, na esperança de que sejam ouvidos por todos. Nesse imenso ruído social, a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo. Pretender identificar-se como um sujeito singular passou a soar como uma provocação escandalosa, em tempos de celebração do paradigma público da informação.

(Jeremias Tancredo Paz, inédito)

9. Diante do fenômeno caracterizado no texto como *irrestrita divulgação da personalidade*, seu autor posiciona-se
- (A) com neutralidade, uma vez que se limita a descrever os novos procedimentos tecnológicos que viabilizaram as várias conexões sociais.
 - (B) com relutância, mas não deixa de encaminhar sua adesão aos meios técnicos que passaram a estabelecer novos vínculos entre as pessoas.
 - (C) de modo a estabelecer um vínculo entre o cuidado que havia com a privacidade e a forma pela qual esta inspirou o estabelecimento de conexões mais produtivas.
 - (D) de modo a confrontar a obsessão moderna pela irrefreável conectividade com a privacidade que era preservada nas relações sociais do passado.
 - (E) de modo a avaliar, com a isenção possível, as perdas e ganhos da nova conectividade social, comparada à inoperância dos velhos canais de comunicação.
-
10. Nos três parágrafos do texto, enumeram-se elementos que caracterizam, exemplificam e qualificam um mesmo fenômeno, tal como ocorre na seguinte sequência:
- (A) *privacidade / espaço público / testemunha compulsória* (1º parágrafo)
 - (B) *variadas conexões / intimidade / aberta exposição* (1º parágrafo)
 - (C) *emoções destemperadas / confissões perturbadoras / limites da própria individualidade* (2º parágrafo)
 - (D) *recolhimento íntimo / civilização extinta / fala contida* (2º parágrafo)
 - (E) *irrestrita divulgação da personalidade / reticências / olhar contemplativo* (3º parágrafo)



11. Considerando-se o contexto, o autor se vale do segmento
- (A) *de que se é testemunha compulsória* (1º parágrafo) para mostrar a disponibilidade de quem se abre para as novas conexões.
 - (B) *Em clara e alta voz* (1º parágrafo) para salientar o ostensivo afastamento dos limites da intimidade.
 - (C) *civilização extinta* (2º parágrafo) para defender a convicção de que tudo o que é obsoleto merece morrer.
 - (D) *recolhimento íntimo* (2º parágrafo) para criar um contraste radical entre esses dois termos.
 - (E) *imenso ruído social* (3º parágrafo) para enfatizar a eficácia da comunicação das vozes públicas.

12. Perdeu-se a antiga privacidade, enterramos a antiga privacidade sob os conectores modernos, tornamos esses conectores modernos nossos deuses implacáveis, sob o comando desses conectores modernos trocamos escandalosamente todas as informações mais pessoais.

Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) enterramo-la – tornamo-los – sob cujo comando
- (B) enterramos-lhe – tornamo-lhes – sob cujo comando
- (C) enterramo-la – os tornamos – sob o qual comando
- (D) a enterramos – tornamos-lhes – sob o comando deles
- (E) enterramo-lhe – lhes tornamos – sob o comando dos quais

13. Considere as seguintes orações:

- I. Perdeu-se a antiga privacidade.
- II. No lugar da antiga privacidade está uma irrestrita conectividade.
- III. Não há mais recolhimento íntimo duradouro.

Essas orações articulam-se num período cuja redação é clara, correta e coesa em:

- (A) Como não há mais recolhimento íntimo e duradouro, já que a antiga privacidade deu lugar à irrestrita conectividade, ei-la perdida.
- (B) Não havendo mais a antiga privacidade, sem recolhimento íntimo duradouro, está em seu lugar a irrestrita conectividade.
- (C) Uma vez perdida a antiga privacidade, conquanto em seu lugar esteja uma irrestrita conectividade, já não há mais recolhimento íntimo duradouro.
- (D) O recolhimento íntimo duradouro, perdeu-se com a antiga privacidade, em cujo lugar agora é ocupado por uma irrestrita conectividade.
- (E) Já não há recolhimento íntimo duradouro, visto que no lugar da antiga privacidade está agora uma irrestrita conectividade.
Via @carla_gabola

14. Está correto o emprego dos elementos sublinhados em:

- (A) As confissões perturbadoras às quais aprendemos a conviver não respeitam nosso direito à um mínimo de privacidade.
- (B) Houve tempos onde era feio e indiscreto ouvir conversas alheias; hoje, propaga-se as falas em voz alta por toda parte.
- (C) Não faltava a aquelas antigas conversas um tom de intimidade, tão raro hoje entre os que ainda lhe são capazes.
- (D) O olhar contemplativo, no qual se dedicavam os viajantes de ônibus, já não flue pelas janelas.
- (E) O vício das conexões, cujas malhas nos envolvem a todos, não é de todo mau, segundo os otimistas.

15. Os elementos sublinhados são exemplos de uma mesma função sintática no seguinte segmento:

- (A) *Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras...*
- (B) *Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio "ouvir conversa alheia".*
- (C) *Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais...*
- (D) *Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares (...)?*
- (E) *...a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo.*

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Carlos comeu a terça parte de uma pizza. Angelina chegou depois e comeu a metade do que Carlos havia deixado da pizza. Por último, Beatriz chegou e comeu o correspondente à metade do que Angelina havia comido. A fração que sobrou dessa pizza foi
- (A) $\frac{1}{6}$
- (B) $\frac{3}{8}$
- (C) $\frac{2}{9}$
- (D) $\frac{1}{5}$
- (E) $\frac{1}{12}$
-
17. A razão entre as alturas de dois irmãos era $\frac{3}{4}$ e, nessa ocasião, a altura do irmão mais alto era 1,40 m. Hoje, esse irmão mais alto cresceu 10 cm. Para que a razão entre a altura do irmão mais baixo e a altura do mais alto seja hoje, igual a $\frac{4}{5}$, é necessário que o irmão mais baixo tenha crescido, nesse tempo, o equivalente a
- (A) 13,5 cm.
- (B) 10,0 cm.
- (C) 12,5 cm.
- (D) 14,8 cm.
- (E) 15,0 cm.
-
18. Um grupo de 8 funcionários analisou 32 propostas de reestruturação de um determinado setor de uma empresa em 16 horas de trabalho. Para analisar 48 dessas propostas, em 12 horas de trabalho, um outro grupo de funcionários, em igualdade de condições do grupo anterior, deverá ser composto por um número de pessoas igual a
- (A) 18.
- (B) 12.
- (C) 16.
- (D) 14.
- (E) 20.
-
19. Joaquim investiu em um fundo de investimento. Após um mês esse fundo havia se desvalorizado 10%. Joaquim quer retirar seu dinheiro do fundo quando houver uma valorização de 8% em relação ao que ele havia aplicado inicialmente. Para que isso aconteça é necessário que esse fundo valorize-se o equivalente a
- (A) 28%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 22%.
- (E) 18%.
-
20. Considere a afirmação:
- Ontem trovejou e não choveu.*
- Uma afirmação que corresponde à negação lógica desta afirmação é
- (A) se ontem não trovejou, então não choveu.
- (B) ontem trovejou e choveu.
- (C) ontem não trovejou ou não choveu.
- (D) ontem não trovejou ou choveu.
- (E) se ontem choveu, então trovejou.

**Legislação Institucional**

21. De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, caberá à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
- (A) prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de promoção, remoção e demais formas de provimento derivado.
 - (B) praticar atos próprios de gestão, supervisionados pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em razão da ausência de autonomia administrativa para tanto.
 - (C) praticar atos sobre a situação funcional do pessoal de carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios, ficando a decisão final sobre estes atos a cargo do Governador do Estado do Rio Grande do Sul.
 - (D) propor à Assembleia Legislativa a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, com exceção da fixação dos vencimentos de seus membros e servidores.
 - (E) organizar suas secretarias, núcleos e coordenadorias e os serviços auxiliares das Defensorias Públicas, enviando proposta ao Governador do Estado até o dia 30 de junho de cada ano.
-
22. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/1994, os órgãos de atuação da Defensoria Pública da União, em cada Estado, serão dirigidos por Defensor Público-Chefe, designado pelo Defensor Público-Geral. Ao Defensor Público-Chefe, sem prejuízo de suas funções institucionais, compete, dentre outras,
- (A) remeter, anualmente, ao Corregedor-Geral, relatório das atividades na sua área de competência.
 - (B) delegar a coordenação das atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos Federais que atuem em sua área de competência ao Conselho Administrativo local da Defensoria Pública da União.
 - (C) enviar, mandatoriamente, a cada três meses, ao Defensor Público-Geral sugestões de providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência.
 - (D) deferir ao membro da Defensoria Pública da União sob sua coordenação direitos e vantagens legalmente autorizados, por expressa delegação de competência do Defensor Público-Geral.
 - (E) enviar, mandatoriamente, a cada seis meses, ao Defensor Público-Geral sugestões de providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência.
-
23. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, no tocante ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que
- (A) o mandato dos membros nomeados do Conselho Superior esgotar-se-á sempre em 31 de Janeiro, ainda que haja ocorrido retardamento na nomeação ou na posse.
 - (B) o mandato, dos membros do Conselho Superior nomeados pelo Governador do Estado é de dois anos, vedada a recondução.
 - (C) as decisões do Conselho Superior da Defensoria Pública serão tomadas por maioria absoluta, com a presença de no mínimo dois terços de seus membros.
 - (D) o Defensor Público que for nomeado para vaga de Conselheiro que não terminou mandato, iniciará novo mandato e não apenas o completará.
 - (E) compete ao Conselho decidir, por voto de dois terços de seus membros, acerca da destituição do Corregedor-Geral.
-
24. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, ao Corregedor-Geral compete, dentre outras atribuições,
- (A) apresentar ao Defensor Público-Geral, até o dia vinte de fevereiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.
 - (B) propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membro da Defensoria Pública do Estado.
 - (C) integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (D) dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública do Estado, com recurso para o Conselho Superior.
 - (E) proferir decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.
-
25. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, o Subdefensor-Geral, será indicado pelo
- (A) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Governador do Estado, dentre os membros da carreira.
 - (B) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Defensor-Geral, dentre os membros da carreira.
 - (C) Defensor-Geral ao Governador do Estado, dentre os membros da carreira.
 - (D) Defensor-Geral ao Governador do Estado, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos, com reputação ilibada, não necessariamente membros da carreira.
 - (E) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Governador do Estado, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos, com reputação ilibada, não necessariamente membros da carreira.



26. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 11.795/2002, no tocante à remoção, é correto afirmar que
- (A) a remoção a pedido far-se-á mediante requerimento ao Defensor Público-Geral do Estado, no prazo de quinze dias, contados da data em que for publicado na Imprensa Oficial o ato declaratório da vacância.
 - (B) na remoção a pedido, o prazo mínimo de permanência poderá ser reduzido em função da conveniência do serviço, ouvido apenas o Defensor Público-Geral do Estado.
 - (C) na remoção a pedido, somente poderá ser deferida a quem já tenha completado dois anos de exercício na Comarca de atuação, excetuando-se os casos de remoção dentro da mesma Comarca.
 - (D) na remoção a pedido, o prazo mínimo de permanência não poderá ser reduzido em função da conveniência do serviço, por vedação legal expressa.
 - (E) a remoção precederá o preenchimento da vaga por antiguidade.
-
27. Felícia é servidora pública do Estado do Rio Grande do Sul e está com matrimônio marcado para a próxima segunda-feira. De acordo com o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, em razão do casamento, Felícia, poderá se afastar por até
- (A) oito dias consecutivos, não sendo este afastamento considerado de efetivo exercício.
 - (B) cinco dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
 - (C) cinco dias consecutivos, não sendo este afastamento considerado de efetivo exercício.
 - (D) oito dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
 - (E) três dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
-
28. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, no tocante ao exercício dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, é correto que
- (A) exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo e dar-se-á no prazo de até noventa dias contados da data da posse.
 - (B) a nomeação em outro cargo, com a consequente exoneração do anterior, não interrompe o exercício.
 - (C) será obrigatoriamente concedido prazo suplementar de trinta dias para o servidor que não entrar em exercício no prazo legal estabelecido.
 - (D) a readaptação e a recondução interrompem o exercício.
 - (E) seu prazo legal, para os casos de reversão, será contado após 15 dias da data em que a sentença judicial transitar em julgado.
-
29. De acordo com a Lei Estadual nº 13.821/2011, conceitua-se a progressão como a
- (A) elevação do padrão para o seguinte, dentro de classes diferentes, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que referida elevação é obrigatória a cada cinco anos.
 - (B) movimentação do servidor de uma classe para a seguinte, segundo os critérios de merecimento e de antiguidade.
 - (C) elevação do padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que a progressão é mandatória.
 - (D) elevação do padrão para o seguinte, dentro de classes diferentes, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que referida elevação é obrigatória a cada dois anos.
 - (E) elevação do padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, condicionada à aprovação na avaliação de desempenho funcional.
-
30. De acordo com a Lei Estadual nº 13.536/2010, à Ouvidoria-Geral compete
- (A) elaborar e, em regra, divulgar relatório anual de suas atividades, que conterà também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos.
 - (B) julgar representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar.
 - (C) coordenar a realização de pesquisas periódicas e produzir estatísticas referentes ao índice de satisfação dos usuários, divulgando os resultados.
 - (D) participar, sem direito a voz, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (E) manter contato esporádico com os vários órgãos da Defensoria Pública do Estado, estimulando-os a atuar em sintonia com os direitos dos usuários, quando cabível.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Os teóricos da área costumam afirmar que os documentos de arquivo têm estatuto probatório congênito. Isso significa que tal característica
- (A) não prescinde do gesto de atribuição de sentido que os pesquisadores lançam aos documentos.
 - (B) incide sobre as próprias atividades de que os documentos resultam.
 - (C) explica o conceito de vínculo arquivístico, preconizado por Elio Lodolini e Luciana Duranti.
 - (D) é a garantia de que os documentos formam um conjunto dotado de organicidade.
 - (E) constitui o cerne do mais importante princípio arquivístico: o da proveniência.
-
32. A produção de documentos, no âmbito das instituições públicas ou privadas, não é arbitrária, nem discricionária. Ao contrário, é determinada
- (A) pelo quadro de arranjo adotado pelos setores de protocolo e arquivo.
 - (B) por normas formuladas pelo Conselho Nacional de Arquivos.
 - (C) por tabelas de temporalidade e planos de classificação aprovados pelos órgãos competentes.
 - (D) pela legislação arquivística vigente em cada unidade da Federação.
 - (E) pelas funções que lhes são atribuídas e pelas normas que as regulam.
-
33. A renomada arquivista espanhola Antonia Heredia Herrera afirma que o conceito de produção *supõe um fluxo documental que inclui tanto os documentos emitidos quanto os recebidos*. Para a autora, portanto, a maneira mais adequada para definir os arquivos é vê-los como agrupamento ou reunião de documentos
- (A) produzidos e emitidos.
 - (B) produzidos e recebidos.
 - (C) recebidos e acumulados.
 - (D) produzidos.
 - (E) em fluxo.
-
34. De acordo com as *Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais*, aprovadas pelo Conselho Nacional de Arquivos em dezembro de 2012, é correto afirmar que
- (A) a mudança de suporte não compromete a autenticidade do documento digital.
 - (B) a assinatura digital garante a autenticidade dos documentos.
 - (C) o documento digital é constituído pelas cadeias de *bits* registradas em um suporte.
 - (D) a soma de verificação (*checksum*) é um cálculo que permite medir o grau de confiabilidade dos documentos digitais.
 - (E) a autenticação é o atestado de garantia da autenticidade dos documentos digitais.
-
35. Robert S. Martin afirma que há uma diferença fundamental entre usar, ler e ver documentos, funções que caracterizariam, segundo ele, a postura típica que se tem perante os acervos de
- (A) museus, bibliotecas e arquivos.
 - (B) bibliotecas, museus e arquivos.
 - (C) museus, arquivos e bibliotecas.
 - (D) arquivos, bibliotecas e museus.
 - (E) arquivos, museus e bibliotecas.
-
36. O instrumento pelo qual uma pessoa recebe de outra(s) poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar bens é
- (A) a caução.
 - (B) o protocolo de intenções.
 - (C) o mandado de injunção.
 - (D) a procuração.
 - (E) o contrato social.
-
37. A autonomia de sentido é uma das mais importantes características dos documentos
- (A) de arquivos intermediários.
 - (B) de arquivos correntes.
 - (C) iconográficos.
 - (D) de arquivos permanentes.
 - (E) de biblioteca.



38. Muito utilizado nas políticas públicas de arquivo, o mecanismo pelo qual determinados órgãos da administração, desprovidos de autonomia para impor normas e procedimentos a entidades que não estão subordinadas a eles, é conhecido como
- (A) diagrama de causa e efeito.
 - (B) formato sistêmico.
 - (C) programa 5 S.
 - (D) gerenciamento da qualidade total.
 - (E) gestão estratégica da qualidade.
-
39. De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015),
- (A) o documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, mesmo que subscrito pelas partes, deixa de ter a eficácia probatória do documento particular.
 - (B) os dados representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos não poderão constar de ata notarial.
 - (C) fazem a mesma prova que os originais os traslados e as certidões extraídas por oficial público de instrumentos ou documentos lançados em suas notas.
 - (D) não é lícito às partes juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.
 - (E) as reproduções dos documentos particulares, fotográficas ou obtidas por outros processos de repetição, valem sempre como certidões, dispensando a verificação de sua conformidade com os originais.
-
40. O instituto da delegação de competências foi sempre empregado pela administração estatal no Brasil, seja pelo número insuficiente e pouco especializado de agentes públicos, em tempos passados, seja pela vontade política de descentralização, mais recentemente. Os documentos acumulados por uma empresa de direito privado, encarregada da prestação de serviços de iluminação de uma cidade ou de uma região, constituem, do ponto de vista legal,
- (A) arquivos públicos.
 - (B) arquivos privados de interesse público.
 - (C) arquivos privados.
 - (D) patrimônio histórico.
 - (E) bens tombados.
-
41. De acordo com a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação,
- (A) as informações que versem sobre violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos não poderão ser objeto de restrição de acesso.
 - (B) a classificação das informações não poderá ser reavaliada pela autoridade classificadora, qualquer que seja o grau de sigilo anteriormente aplicado.
 - (C) a restrição de acesso a informações relativas à vida privada, honra e imagem da pessoa terá prevalência no caso de apuração de irregulares em que o titular das informações estiver envolvido.
 - (D) o prazo máximo de restrição de acesso às informações, na categoria ultrassecreta, é de vinte anos, prorrogáveis por igual tempo a pedido dos interessados.
 - (E) para o acesso a informações de interesse público, o requerente deve apresentar atestado de antecedentes e justificar sua pretensão.
-
42. A exigência legal ou a ordem emanada da autoridade – para que se cumpra, para que se faça ou para que se preste o que é exigido, ordenado ou pedido – é transmitida por meio
- (A) do memorando.
 - (B) do manifesto.
 - (C) da requisição.
 - (D) da minuta.
 - (E) da moção.
-
43. A espécie documental que registra a opinião fundamentada sobre matéria submetida à análise de determinada autoridade, emitida em seu nome pessoal ou no do organismo a que está ligada, é conhecida como
- (A) ementa.
 - (B) sentença.
 - (C) portaria.
 - (D) estatuto.
 - (E) parecer.



44. Arquivos, bibliotecas e museus têm em comum a missão de
- (A) desenvolver regularmente projetos de extroversão de documentos.
 - (B) reunir documentos mediante processo de recolhimento ou transferência.
 - (C) cuidar de documentos cuja natureza é essencialmente contingente.
 - (D) tornar acessível a informação contida nos respectivos acervos.
 - (E) priorizar o conteúdo dos documentos nos respectivos programas descritivos.
-
45. A representação a respeito de fato delituoso, acompanhada de documentos que supostamente o comprovam, forma
- (A) o litígio.
 - (B) a denúncia.
 - (C) o contencioso.
 - (D) o despacho.
 - (E) a defesa.
-
46. Na fase corrente, a parte acrescida ao final de um documento para alterar, explicar ou corrigir seu conteúdo, configura
- (A) a juntada.
 - (B) o aditamento.
 - (C) o desentranhamento.
 - (D) a anexação.
 - (E) o pensamento.
-
47. Questionando os princípios do racionalismo científico e a ideia de verdades universais, o renomado arquivista canadense Terry Cook (1947-2014) representou, no âmbito da Arquivologia, a corrente pós-moderna de pensamento. Para o autor, a atribuição de valores aos documentos deve levar em conta o mais amplo contexto social em que foram produzidos, e não apenas os organismos (públicos ou privados) de que se originaram. Tal procedimento ficou conhecido como
- (A) contextualização.
 - (B) seleção natural.
 - (C) macroavaliação.
 - (D) avaliação social.
 - (E) lógica funcional.
-
48. Segundo Schellenberg, os documentos podem conter poucas informações sobre muitas pessoas, coisas ou fenômenos; muitas informações sobre poucas pessoas, coisas ou fenômenos; e muitas informações sobre muitas pessoas, coisas ou fenômenos. No processo de avaliação de documentos proposto pelo autor, tais características integram o critério
- (A) do respeito aos fundos.
 - (B) da pertinência temática.
 - (C) da territorialidade.
 - (D) da temporalidade.
 - (E) da densidade informacional.
-
49. Na descrição dos arquivos permanentes, a data tópica equivale
- (A) à informação que figura no topo do documento (timbre).
 - (B) ao dia, mês e ano em que o documento foi assinado.
 - (C) ao ano de validação do documento.
 - (D) ao lugar de produção do documento.
 - (E) à chancelaria responsável pela emissão do documento.
-
50. De acordo com o Decreto nº 1.799/1996,
- (A) para exercer a atividade de microfilmagem de documentos, as empresas e os cartórios deverão requerer registro no Ministério da Justiça e sujeitar-se à fiscalização deste organismo.
 - (B) os traslados, as certidões e as cópias de documentos microfilmados produzem efeitos legais, em juízo ou fora dele, dispensando a autenticação dos detentores do filme original.
 - (C) os originais de grande formato devem ser comprimidos, para que cada página caiba num único fotograma.
 - (D) uma vez microfilmados com padrão de qualidade, os documentos públicos originais podem ser eliminados, independentemente dos prazos de vigência estabelecidos em tabelas de temporalidade.
 - (E) na microfilmagem de qualquer espécie deve-se utilizar filme original, com o mínimo de 180 linhas por centímetro de definição, de modo a garantir a qualidade da imagem e sua reprodução.



51. A utilização de formatos padronizados de assinatura digital no âmbito da ICP-Brasil é essencial para a confiabilidade e credibilidade do processo de criação e validação da assinatura. Uma assinatura digital ICP-Brasil com Referência para Arquivamento – AD-RA é formada por
- (A) uma assinatura digital ICP-Brasil com Referência Básica – AD-RB, à qual foi acrescentado ou logicamente conectado, por algum meio, um carimbo de tempo emitido por Autoridade de Carimbo do Tempo – ACT credenciada na ICP-Brasil.
 - (B) um Identificador da Política de assinatura usada na criação e verificação de uma dada assinatura digital ICP-Brasil, além de dados da assinatura incluídos pelo signatário na ICP-Brasil e uma sequência de código.
 - (C) uma assinatura digital ICP-Brasil com Referência de Tempo – AD-RT, à qual foram acrescentadas referências de validação e todos os dados necessários para validação da assinatura, além de carimbo do tempo, emitido por Autoridade de Carimbo do Tempo – ACT credenciada na ICP-Brasil, criado sobre todo esse conjunto de dados e anexado ou logicamente conectado ao conjunto.
 - (D) uma assinatura digital ICP-Brasil com Referência de Tempo – AD-RT, à qual foram acrescentadas referências sobre todos os certificados de chave pública e sobre todas as Listas de Certificados Revogados – LCR, além de outro carimbo do tempo.
 - (E) uma assinatura digital ICP-Brasil com referências para Validação – AD-RV, à qual foram acrescentados todos os dados necessários para validação da assinatura.
-
52. É por meio do controle das condições de acondicionamento, armazenamento e climatização, aliadas às propriedades materiais dos suportes, que se obtêm documentos com
- (A) dispositivo de segurança.
 - (B) valor probatório.
 - (C) valor permanente.
 - (D) proteção de dados.
 - (E) qualidade arquivística.
-
53. De acordo com a *e-ARQ Brasil – Modelos de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos*, em relação ao plano de classificação adotado, o sistema
- (A) precisa ser chancelado pelo Conselho Nacional de Arquivos.
 - (B) impede a eliminação de uma classe inativa.
 - (C) não admite a mudança de nome de uma classe já existente.
 - (D) permite a usuários autorizados o acréscimo de novas classes.
 - (E) deve utilizar o método decimal de codificação.

Atenção: Considere as informações abaixo para responder às questões de números 54 e 55.

Dentre os requisitos de referência para apoiar a presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais, o Projeto InterPARES aponta os elementos que permitem identificá-los. Participam da formação do documento, segundo as diretrizes publicadas pelo Arquivo Nacional,

- I. a pessoa física ou jurídica com autoridade e capacidade para emitir o documento, ou em cujo nome ou sob cujo comando ele foi emitido.
 - II. a pessoa física ou jurídica com autoridade e capacidade para articular o conteúdo do documento.
 - III. a pessoa física ou jurídica a quem foi atribuído o endereço eletrônico no qual o documento foi gerado e/ou do qual ele foi enviado.
 - IV. a(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s) a quem o documento foi dirigido ou para quem foi intencionado.
54. Autor e destinatário correspondem, respectivamente, às definições de números
- (A) I e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) IV e II.
 - (D) II e III.
 - (E) III e IV.
-
55. Redator e originador correspondem, respectivamente, às definições de números
- (A) I e III.
 - (B) IV e I.
 - (C) II e III.
 - (D) III e II.
 - (E) I e IV.



56. Segundo os *Princípios de acesso aos arquivos*, adotados pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2012,
- (A) os instrumentos de pesquisa devem omitir a existência de itens restritos, para não estimular a curiosidade dos usuários.
 - (B) é preciso exigir dos usuários a assinatura de um termo de compromisso para não divulgação de informações restritas.
 - (C) documentos classificados como de segurança nacional podem exigir medidas e protocolos adicionais de segurança.
 - (D) as instituições públicas devem recusar doações de documentos com informações sigilosas.
 - (E) os documentos públicos classificados devem permanecer na fase corrente, cumprindo os respectivos prazos de confidencialidade.
-
57. Quando um instrumento de pesquisa incorpora as possibilidades que a internet apresenta, entre as quais a de aderir a padrões compartilhados e promover a existência de comunidades virtuais, deve ser chamado, de acordo com Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, de
- (A) *e-search* (pesquisa eletrônica).
 - (B) ponto de acesso.
 - (C) instrumento de acesso.
 - (D) motor de busca.
 - (E) instrumento de referência.
-
58. A contextualização dos documentos de arquivo supõe sempre pesquisa sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão produtor. Quando se pretende classificá-los em uma perspectiva funcional, é indispensável identificar as ações relacionadas com suas diferentes áreas de atuação. Dentre as atividades da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, pode-se mencionar o acolhimento às pessoas vítimas de violações; a mediação em casos de disputa de guarda de filhos; e a contestação de ações de despejo. Tais processos correspondem, respectivamente, às seguintes áreas:
- (A) direitos humanos, família e cível.
 - (B) criminal, moradia e prisional.
 - (C) defesa da mulher, saúde e consumidor.
 - (D) ambiental, consumidor e criminal.
 - (E) família, direitos humanos e consumidor.

Atenção: Considere o emprego da palavra memória nas frases abaixo para responder às questões de números 59 e 60.

- I. Taunay fez a memória da Guerra do Paraguai.
 - II Na memória da reunião ficaram faltando dados importantes.
 - III. Meu computador quase não tem mais memória.
 - IV. O descaso com a memória da instituição é patente: basta ver o estado em que se encontram seus documentos.
59. Memória como espécie documental aparece nas frases dos itens
- (A) II e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) III e I.
-
60. Arquivo e capacidade de armazenamento são significados presentes, respectivamente, nas frases dos itens
- (A) I e II.
 - (B) IV e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I e III.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, capítulo 11: 11.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 11.5 Será atribuída nota ZERO à Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos Conteúdo, Estrutura e Expressão. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter classificatório e eliminatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Diversas cidades europeias estão em alerta diante das agressões contra turistas e do mal-estar dos habitantes locais, que consideram que o crescimento do turismo representa exploração sem controle e elevação de preços, especialmente os de moradia. No entanto, a polêmica se torna um dilema para a indústria do setor que, em países como Itália, por exemplo, representa mais de 10% do Produto Interno Bruto. Por outro lado, cidades como Amsterdã pretendem elevar os preços justamente como medida regulatória para evitar o turismo predatório.

(Disponível em: oglobo.globo.com, com adaptações)

Considerando o que se afirma acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	